

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: outubro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

Artigo - Bolsa Família: regras e resultados – Lúcia Modesto – Sítio Eletrônico do MDS – 04/10/2010.....	3
Recortes de um país desigual – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/10/2010	5
Como crescimento econômico, cai a migração do Nordeste para o Sudeste – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – economia e negócios – 10/10/2010	6
País precisa reavaliar as políticas sociais – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Nacional – 12/10/2010	8
Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade – Sítio Eletrônico da CNA – 13/10/2010	9
Região sob seca ainda pode perder Bolsa-Família – Luciano Coelho – Estado de São Paulo – Nacional – 13/10/2010	11
Bolsa Família alimentou votos de Dilma – Demétrio Weber – O Globo – O País – 17/10/2010	12
Em sete anos, Bolsa Família investe R\$ 60 bilhões e reduz pobreza – Sítio Eletrônico do MDS – 19/10/2010	13
Desemprego recua para menor taxa na série histórica do IBGE – Sítio Eletrônico da CNA – 21/10/2010	15
Artigo: Sete anos do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 21/10/2010	16
Mudança nas regras de repasse do IGD-M para gestão do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 27/10/2010	17
Bolsa Família e alfabetização de adultos caminham juntos para melhorar a vida da população pobre – Sítio Eletrônico do MDS – 29/10/2010.....	19

Artigo - Bolsa Família: regras e resultados – Lúcia Modesto – Sítio Eletrônico do MDS – 04/10/2010

O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda da América Latina, completa sete anos em outubro. É um marco na história da proteção social no Brasil. No entanto, apesar de sua importância, ainda há desconhecimento sobre suas regras e seus resultados.

Esse desconhecimento gera uma série de informações equivocadas, que podem interferir na compreensão do programa pela sociedade brasileira. O Bolsa Família atende hoje 12,7 milhões de famílias, com orçamento de R\$ 13,1 bilhões em 2010. Este artigo visa esclarecer seus critérios e objetivos.

O primeiro passo para ingressar no Bolsa Família é a inscrição no Cadastro Único, importante instrumento de identificação das famílias de baixa renda no Brasil. Famílias com até meio salário mínimo de renda familiar por pessoa, ou até três salários mínimos de renda familiar total, devem ser incluídas nessa base de dados. O Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias, que se tornam público prioritário de um grande número de iniciativas voltadas para sua inclusão social e econômica. Trata-se, portanto, da “porta de entrada” dos brasileiros mais vulneráveis à rede de proteção social que vem sendo construída nos últimos anos.

A renda familiar é o único critério para ingresso no Bolsa Família. A concessão de benefícios nos municípios respeita a estimativa de população pobre, elaborada pelo IBGE com base na metodologia dos Mapas de Pobreza, do Banco Mundial. Não há nenhum impedimento para que membros das famílias atendidas ingressem no mercado de trabalho. Ao contrário, o Governo Federal prioriza os beneficiários do Bolsa Família em iniciativas de qualificação profissional e acesso ao emprego.

Quem recebe o Bolsa Família precisa manter seus dados cadastrais atualizados. A cada dois anos, as famílias recebem um comunicado solicitando que se dirijam à coordenação municipal do programa para atualizar endereço e informar eventuais mudanças de rendimentos ou de composição familiar. Quem não atualizar os dados pode ter o benefício cancelado.

As famílias também precisam manter crianças e adolescentes na escola e garantir que crianças até 6 anos, gestantes e nutrizes cumpram a agenda de atenção básica à saúde. O monitoramento do acesso das famílias a esses serviços visa assegurar que os brasileiros mais vulneráveis sejam, de fato, atendidos pelas redes de educação e saúde.

Dados do Ministério da Educação indicam que o abandono escolar dos estudantes beneficiários é menor do que o do total dos estudantes da rede pública. Os resultados da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família também evidenciam efeitos positivos: os alunos do Bolsa Família têm taxa de matrícula 4,4% maior que os alunos não beneficiários de igual perfil socioeconômico. Esse efeito é maior na

Região Nordeste. A pesquisa mostra ainda que crianças e adolescentes do Bolsa Família têm taxa de progressão escolar 6% maior do que as não beneficiárias.

Em relação à saúde, constatou-se que a participação no Bolsa Família aumenta a busca por serviços: as grávidas beneficiárias fazem mais consultas de pré-natal e as crianças têm mais acesso às vacinas. Também há indícios de que o programa contribui para ganhos de peso por altura e redução do déficit de peso por idade das crianças beneficiárias.

O Bolsa Família contribuiu decisivamente para a redução da pobreza e da desigualdade. Cerca de 4,3 milhões de famílias deixaram a extrema pobreza graças ao recebimento dos benefícios. Houve aumento médio de 48,7% na renda familiar per capita da população atendida. Nas regiões Norte e Nordeste, o aumento de renda chega a 60%.

Ao contribuir para melhorar a vida das famílias hoje, o Bolsa Família também assegura às crianças e jovens um futuro com mais oportunidades do que tiveram seus pais. A compreensão das regras do programa contribui para seu aprimoramento e potencializa seus resultados.

Votação de Dilma cresce de acordo com alcance do Bolsa-Família, indica estudo - *Daniel Bramatti – Estado de São Paulo – Nacional – 06/10/2010*

Cálculos feitos pelo cientista político Cesar Zucco mostram correlação entre o alcance do programa Bolsa-Família nos 5.565 municípios brasileiro e proporção de votos direcionados a Dilma Rousseff (PT) na eleição presidencial.

Comparando apenas cidades de perfil socioeconômico similar, Zucco, que leciona na Universidade Princeton, nos Estados Unidos, calculou que Dilma teve 0,13 ponto porcentual de votos a mais para cada ponto porcentual adicional na cobertura do Bolsa Família.

Quando se compara com cidades similares e com 50% e 60% da população atendida pelo programa, a petista teve 1,3 ponto porcentual a mais de votos, em média, nas do segundo grupo. Não se pode, portanto, apontar o Bolsa-Família como o único ou mesmo principal fator de definição de voto nessas áreas. No Nordeste, por exemplo, as taxas de emprego têm crescido acima da média nacional. Para saber o peso exato do programa de transferência de renda na eleição, afirma Zucco, seria preciso fazer uma pesquisa específica sobre o comportamento dos eleitores.

Segundo o cientista político, os mesmos cruzamentos de votação e alcance do programa social indicam que seu efeito foi maior no segundo turno da eleição presidencial de 2006. Ele supõe que, agora, Marina Silva (PV) possa ter conquistado parte do “eleitorado Bolsa-Família” que, há quatro anos, votou na reeleição do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Cálculos feitos pelo **Estado** mostram que oito das dez unidades da Federação onde Dilma teve os maiores percentuais de votação estão também entre as dez com maior proporção da população atendida pelo Bolsa-Família.

A correlação também se manifesta na ponta inversa: dos dez Estados onde a candidata teve pior desempenho, sete estão entre os menos cobertos pelo Bolsa-

Família.

Omapadavotacaonosmunicípios – publicado nesta página e produzido pela equipe do **Estado** a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Ministério do Desenvolvimento

Social – também mostra que a mancha do eleitorado diluída e mais concentrada onde o alcance do programa é maior.

Convocados para votar no segundo turno para presidente e em alguns Estados para governador no próximo dia 31, eleitores podem faltar na eleição para viajar e aproveitar o feriado de Fim de Ano que, emendado, será de 4 dias, aumentando a abstenção eleitoral. No caso dos que trabalham em órgãos públicos, a folga pode ser de quase uma semana, já que em 28 de outubro é comemorado o Dia do Servidor Público.

O segundo turno cai no meio do feriado. Por enquanto a Justiça Eleitoral não tem programadas medidas específicas para incentivar o eleitor a desistir de eventuais viagens para votar no meio do feriado. A campanha publicitária do segundo turno já está pronta e deverá começar a ser veiculada na segunda-feira.

Recortes de um país desigual – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 10/10/2010

Dos 5.564 municípios brasileiros, só 226 oferecem à sua população ensino de qualidade, boa cobertura na área de saúde e empregos formais suficientes para assegurar-lhe renda satisfatória. Em 2.503 municípios, praticamente não há água tratada nem atendimento médico básico e os empregos, em geral insuficientes, são predominantemente informais e temporários. Pelo menos 40 milhões de brasileiros vivem em municípios carentes.

Este é o quadro social do Brasil traçado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, com base em dados oficiais sobre emprego e renda, educação e saúde. Esse estudo vem sendo realizado há três anos e a defasagem – o novo IFDM baseia-se em números de 2007 – se deve ao atraso na divulgação dos dados básicos. O IFDM expõe claramente a grande diferença entre as condições de vida num município de alto índice de desenvolvimento e em outro que carece de serviços básicos de educação e saúde e não consegue gerar empregos decentes para seus trabalhadores.

O município paulista de Araraquara, a 275 quilômetros da capital, foi o que alcançou o maior IFDM do País. No outro extremo da lista está o município maranhense de Marajá do Sena, o mais carente do País.

Todo o esgoto de Araraquara é recolhido por sistema público de coleta, toda a população tem água tratada, 100% dos domicílios dispõem de luz elétrica, praticamente todas as ruas são pavimentadas, há boa rede de hospitais e postos de saúde e a maioria das escolas está conectada à internet.

Em termos de educação e saúde, Araraquara repete as condições de boa parte dos demais municípios paulistas – dos 15 mais desenvolvidos do País, 14 estão no Estado de São Paulo; dos 100 melhores no ranking de educação, 92 são paulistas; no item saúde, o Estado de São Paulo só é superado pelo Paraná.

O que colocou Araraquara em primeiro lugar na classificação foi seu

desempenho no item emprego e renda. Em 2007, a principal indústria do município admitiu 610 trabalhadores.

Depois da conclusão de um diagnóstico que definiu sua vocação para as áreas de tecnologia de informação e logística, por sua localização privilegiada, Araraquara atraiu dezenas de empresas, que geraram milhares de empregos.

Já a população de Marajá do Sena, a 350 km de São Luís, tem água na torneira em dias alternados, como mostrou o jornal *O Globo*. Não há médico na cidade. Por suas ruas a terra corre o esgoto a céu aberto.

Não há sistema público de transporte e, para se chegar à cidade, é preciso cruzar estradas esburacadas.

São recortes de um país desigual, que vem melhorando – de ano para ano o IFDM vem subindo em todas as regiões, em todos os Estados e praticamente em todos os municípios –, mas num ritmo lento demais, sobretudo para os que ainda vivem em péssimas condições de habitação, saneamento e saúde, não dispõem de um sistema de ensino adequado nem conseguem empregos estáveis e com remuneração condigna.

É importante destacar que o ano de 2007, ao qual se refere o IFDM, foi de bom desempenho da economia. Com a rápida expansão da economia, as empresas geraram 1,6 milhão de empregos formais, 31,6% mais do que no ano anterior. Foram, em geral, empregos de qualidade inferior à dos postos de trabalho abertos em 2006, pois a renda real média cresceu bem menos.

Na área de educação, os gastos públicos foram 4% maiores em termos reais e, com o início de novo mandato presidencial, um novo programa de estímulo ao ensino básico foi colocado em prática. Na área de saúde, porém, persistiram altos índices de doenças e óbitos causados por precárias condições de vida e moradia e pelas dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento.

Nessas duas áreas os investimentos, mesmo quando feitos no ritmo adequado, só produzem resultados a médio e longo prazos. Nos últimos anos, porém, eles têm sido insuficientes, o que pode retardar a já lenta evolução do IFDM.

Como crescimento econômico, cai a migração do Nordeste para o Sudeste – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – economia e negócios – 10/10/2010

A migração do Nordeste para o Sudeste está caindo. Com o crescimento econômico dos últimos anos, a saída de trabalhadores da região quase caiu pela metade em relação ao êxodo em massa dos anos 90.

O cálculo, feito pelo economista da LCA Consultores,

Fábio Romão, leva em conta o número de migrantes em comparação ao total da população.

Entre os anos 1992 e 2002, o Nordeste perdeu o equivalente a 1,5% de sua população por ano para o Sudeste. Entre 2002 e 2007, a parcela dos migrantes que deixou a região a cada ano recuou para 0,98%. Em 2008 e 2009, a média caiu para 0,85%.

Para chegar a esse resultado, Romão considerou dados do estudo feito por Herton Araújo, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que

avaliou o fluxo médio da migração no Brasil entre 1992 e 2009. Romão ponderou o resultado pela evolução da população em cada período.

“O que chama a atenção é que a população do Nordeste aumentou e um número menor de pessoas veio para o Sudeste”, afirma o economista da LCA. Araújo, do Ipea, observa que a grande diáspora do Nordeste para o Sudeste ocorreu nos anos 90 e foi provocada pela falta de emprego, que diminuiu nos últimos anos.

“O fluxo do Nordeste para o Sudeste continua, mas não na mesma intensidade”, diz o demógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fernando Albuquerque.

Viagens do sertão. Empresas que lidam diretamente com esses migrantes confirmam a mudança de tendência.

A Viação Itapemirim, por exemplo, registrou nos últimos cinco anos queda de 10% no número de passageiros entre cidades do sertão e São Paulo e Rio de Janeiro. José Valmir Casagrande, diretor comercial da empresa, atribui parte dessa retração à melhora do poder aquisitivo na região.

Albuquerque, do IBGE, observa que os programas sociais estão segurando as pessoas nas cidades de origem em razão dos benefícios oferecidos. Mas Romão ressalta que a geração de postos formais de trabalho no Nordeste é o principal responsável pela retenção da população.

“O crescimento sustentado da economia, que gerou aumento da formalização do emprego no Nordeste, e o ganho real do salário mínimo, que indexa quase a metade dos salários dos trabalhadores na região, explicam a desaceleração do fluxo migratório”, afirma Romão.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), as únicas regiões que registraram aumento da geração líquida de emprego formal de 2008 para 2009, no auge da crise, foram a Norte e a Nordeste, com crescimento de 40% e 12%, respectivamente. No mesmo período, o saldo do emprego formal no País recuou 31,5%. No Sudeste, a retração foi de 43,4%.

Dados da Pnad de 2008 revelam que 49% dos trabalhadores formais do Nordeste têm seus rendimentos atrelados ao salário mínimo. Romão destaca que, entre 2005 e 2010, o mínimo teve um ganho real de 49,7%.

Efeito no Sudeste. O recuo na migração provocou mudança também no mercado de trabalho no Sudeste. Esse é um dos fatores que contribuíram para a falta de mão obra no comércio, na construção civil e nos serviços domésticos.

A tendência ainda é acentuada pela volta de muitos nordestinos que vivem no Sudeste e que retornam à terra natal, como a diarista Núbia Passos Couto (*leia a história de Núbia e outros migrantes na página B3*).

Um dos setores mais afetados pela queda do fluxo de migrantes é a construção.

Segundo estudo do Ipea, 20% dos nordestinos que migram para o Sudeste vêm para trabalhar no setor. “A mão de obra no Sudeste está escassa e hoje está mais fácil admitir nas obras do Nordeste porque a oferta de trabalhadores é maior lá”, diz o vice-presidente de Relações Capital e Trabalho do Sinduscon-SP, Haruo Ishikawa.

A maior disponibilidade de mão de obra para a construção no Nordeste aparece nos números do Caged.

Nos últimos 12 meses até agosto, o Nordeste foi responsável por 35% da geração líquida de postos de trabalho na construção. Entre admissões e demissões, o Nordeste teve um saldo positivo de 116,1 mil vagas.

No Brasil, o saldo foi de 331,6 mil postos de trabalho.

O quadro de falta de mão de obra afetou também os supermercados. “

Decada 100 novas vagas, não conseguimos preencher 20”, conta o vice-

presidente de economia da Associação Paulista de Supermercados, Martinho Paiva Moreira. A queda no número de migrantes afeta especialmente a contratação de açougueiros, padeiros e confeitadores.

No passado, a maioria dos trabalhadores dessas áreas vinha do Nordeste, observa.

“A própria expansão do Nordeste das redes nacionais afeta a contratação dessas mesmas companhias no Sudeste.”

O mercado está aquecido em todas as regiões, mas tem sido mais difícil de recrutar pessoal em São Paulo e no Rio”, conta a Magna Santos, diretora de Recursos Humanos do Grupo Pão de Açúcar.

Até 2005, cerca de 60% dos funcionários da empresa alocados no Sudeste vinham do Nordeste. Hoje essa fatia é bem menor. Nos últimos três anos, a rede abriu 2 mil vagas no Nordeste, o que de certa forma drenou parte da mão de obra que em outras épocas viria para o Sudeste em busca de emprego formal.

País precisa reavaliar as políticas sociais – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Nacional – 12/10/2010

O aumento do desemprego entre as populações mais pobres reflete a necessidade de mudanças nas políticas sociais, de qualificação e de elevação de escolaridade no Brasil, dizem especialistas em mercado de trabalho. Para o presidente do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, há necessidade de uma integração das políticas do Ministério do Trabalho com o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministério da Educação.

“O governo precisa reorientar suas políticas para os desempregados de menor renda, que enfrentam mais dificuldade e concentram cada vez mais o desemprego do País”, defende Pochmann.

De acordo com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, a principal questão em discussão atualmente dentro da organização é justamente como ampliar e melhorar o processo de geração de empregos no País. “Não

queremos só mais empregos, queremos mais e melhores empregos”, defende o sindicalista.

Para ter melhores empregos, ele afirma que é preciso não somente aumentar a renda dos trabalhadores, mas também ter um projeto claro de articulação do sistema público de emprego no País, que integre também as iniciativas das empresas privadas e das centrais sindicais.

“Não dá para ter três, quatro, cinco iniciativas separadas para atingir um mesmo objetivo”, afirma o presidente da CUT. “Hoje, com a informática se consegue ter um banco de dados de várias origens e a pessoa não precisa ficar pulando de galho em galho

para procurar emprego.”

Qualificação profissional.

Na opinião de Artur Henrique, melhorar a qualidade do emprego significa investir em qualificação profissional, criar oportunidades de emprego para jovens e para pessoas de baixa renda que não tiveram condições de frequentar uma escola para se preparar e se qualificar.

“Não vai ser fazendo cursinho de 80 horas que se vai resolver o problema de qualificação profissional dos trabalhadores”, defende o sindicalista.

O economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, diz que só existe uma forma de atacar o problema. “É educando a população, principalmente os mais jovens.”

Na sua avaliação, o Brasil dá muito pouca importância à questão educacional e seria essa falta de prioridade na educação que leva a esse tipo de problema enfrentado pelos desempregados de baixa renda.

Desigualdade no ensino.

Camargo afirma que o problema hoje se resume em diminuir a desigualdade da qualidade do sistema educacional brasileiro. Para ele, o sistema tem escolas muito boas e escolas muito ruins, com muita desigualdade na distribuição.

Seria fundamental, na visão de Camargo, melhorar a qualidade das escolas públicas no País, principalmente a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. No longo prazo, só tem essa solução, afirma o economista da PUC-Rio.

“Na maioria dos países o gasto é maior no ensino pré-escolar e fundamental do que no ensino superior. Mas, o governo brasileiro gasta sete vezes mais por aluno do ensino superior do que por aluno do ensino fundamental e do pré-escolar”, ressalta o economista.

Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade – Sítio Eletrônico da CNA – 13/10/2010

Temos, hoje, um conjunto de experiências que estão trilhando o caminho de um desenvolvimento alternativo, integral e solidário, com base em uma ética que inclua a responsabilidade e que supere a lógica utilitarista e individualista do lucro acima do ser humano, do econômico em detrimento ao social, cultural e ambiental. São iniciativas espalhadas por esse Brasil afora que se voltam para as necessidades de grupos, comunidades e territórios, que valorizam o saber popular e o integram ao conhecimento acadêmico.

Os exemplos de tecnologias sociais são variados e em diferentes áreas, como: comercialização e economia solidária; reservatórios para armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos e consumo humano; intercâmbios para troca de conhecimento; agroecologia; saneamento; energia; meio ambiente; sementes crioulas; segurança alimentar e nutricional; moradia popular; educação; saúde; plantas medicinais; inclusão digital; arte; cultura; lazer; geração de trabalho e renda; microcrédito; promoção de igualdade em relação à raça, gênero, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência; comunicação popular e comunitária; entre outras.

Muitas iniciativas têm fortalecido a disseminação e o enraizamento da tecnologia social como base de políticas públicas voltadas para a necessidade concreta das populações. Podemos citar a Rede de Tecnologia Social (RTS), que agrega a

sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada para pensar ações de fortalecimento e disseminação das tecnologias sociais.

Outra importante iniciativa é a da Fundação Banco do Brasil (FBB), que tem pautando as tecnologias sociais como base do desenvolvimento local e sustentável e premiado diversas experiências de tecnologias sociais no campo e na cidade em todo o Brasil, por meio do Prêmio Fundação Banco de Brasil de Tecnologias Sociais.

Uma iniciativa de igual valor, que merece ser seguida por demais estados, é o Projeto de Lei que dispõe sobre a Política de Fomento à Tecnologia Social do Estado de Minas Gerais, proposta pelo deputado estadual Almir Paraca.

No campo, essas experiências estão mudando a cara da agricultura familiar e camponesa no Brasil. O Censo Agropecuário 2009 traz uma novidade: pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira é retratada nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo consumidos no país.

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção agrícola do país (ou R\$ 54,4 bilhões). Mesmo cultivando uma região menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Com tantos dados significativos, as diversas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas e difundidas pela agricultura familiar e camponesa têm possibilitado o reforço em favor de uma agricultura que produza alimentos saudáveis, valorizando as sementes típicas de cada bioma, trabalhando a cooperação respeitosa com a terra e a água, criando consciência de solidariedade em relação ao direito de todas as pessoas à alimentação e nutrição, incentivando o consumo solidário e responsável, agregando valor à produção familiar e camponesa, fortalecendo o direito à vida e às condições dignas de existência de todas as pessoas no campo e na cidade.

Nós, da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), acreditamos na força das tecnologias sociais, na mudança e melhoria da vidas das pessoas por meio das diversas experiências, nos grupos e comunidades e nas pessoas que, acima de tudo, não perderam a capacidade de sonhar e creditar na justiça, na solidariedade e na igualdade, como base do desenvolvimento sustentável que defendemos e que nos motiva a continuar afirmando:

"Quando sonhamos sozinhos é só um sonho; mas quando sonhamos juntos é o início de uma nova realidade". D. Helder Câmara

Coordenação Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)

As tecnologias sociais buscam a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações, fortalecendo a promoção do bem-viver e o cuidado coletivo com a vida na terra e em nosso país. Nesse sentido, o tema Tecnologia Social vem ganhando uma importância muito grande no debate sobre a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável.

Autora: Valquiria Lima. Fonte: Agrosoft

Região sob seca ainda pode perder Bolsa-Família – Luciano Coelho – Estado de São Paulo – Nacional – 13/10/2010

Pelo menos 170 municípios do Piauí estão sofrendo os efeitos da estiagem, parte deles com perdas agrícolas superiores a 80% da safra e sem água para o abastecimento. O problema afeta mais de 135 mil famílias – muitas delas, ainda correm o risco de perder o Bolsa-Família, uma das poucas fontes de renda locais.

O Ministério do Desenvolvimento Social deu prazo até 31 de outubro para que os beneficiados façam o cadastramento no Bolsa-Família, que atende 410 mil famílias no Estado. Dessas, 170.951 mil, que ainda não se cadastraram, podem ter o benefício bloqueado.

O secretário de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Piauí (Fetag), Paulo Carvalho, afirma que o semi árido passa por uma situação crítica de falta de água e comida.

Na região de Picos, a safra teve queda de 60%. Municípios de Pio IX, Caridade do Piauí, Fronteira e São Raimundo Nonato enfrentam a falta de água. A principal fonte de renda local é o Bolsa-Família ou aposentadorias individuais. Seguro-safra.

A Fetag iniciou um cadastro para pedir cestas de alimentos para quem sofre com a seca. “Elas (as famílias) não têm perspectiva de receber nada. Somos contra a cesta básica, é um paliativo que não resolve o problema. Mas a situação é difícil”, disse Carvalho. “Ainda temos outubro, novembro e dezembro para que a chuva possa vir.”

Segundo a Fetag, apenas 68 mil famílias – metade das afetadas pela seca – poderão receber o seguro-safra, cuja primeira parcela será paga a partir do dia 18. Pelo menos 30 municípios não vão receber a primeira parte do seguro-safra: boa parte dos prefeitos não pagou a contrapartida para o seguro, de R\$ 6,50 por família.

Enquanto a chuva não vem, a solução poderia ser colocar em funcionamento cerca de mil poços ainda lacrados, espalhados pelo Estado, que não estão sendo utilizados. A Secretaria de Estado de Defesa Civil já começou os trabalhos para ativar os poços, o que, de acordo com a Fetag, seria mais eficiente e barato do que manter carros-pipa.

Recadastramento.

A assistente social do Bolsa-Família no Piauí, Auriana Cabral Sousa, informou que funcionários podem ser contratados em regime temporário para acelerar o cadastramento das famílias, principalmente na região do semi árido.

Ela explica que o cadastramento é obrigatório a cada dois anos. A atualização de dados funciona como mecanismo para melhorar o foco do programa.

Os beneficiários precisam informar endereço, renda e dados sobre a escola onde os filhos estudam. O processo vem sendo realizado desde março e tem prazo até 31 de outubro. Depois desse período, o benefício será bloqueado.

As famílias ainda poderão reativar o benefício até 31 de dezembro, comparecendo nas prefeituras de suas cidades para fazer o cadastramento.

Bolsa Família alimentou votos de Dilma – Demétrio Weber – O Globo – O País – 17/10/2010

Cruzamento de dados mostra que 9 dos 10 estados mais beneficiados pelo programa dariam vitória à candidata no 1º turno

Demétrio Weber

BRASÍLIA. A candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, recebeu proporcionalmente mais votos onde a cobertura do Bolsa Família é maior. Dos dez estados com maior índice de beneficiários do programa de transferência de renda, nove dariam a Dilma votação suficiente para vencer já no primeiro turno. É o que mostra o cruzamento dos resultados da eleição presidencial, feito pelo GLOBO, com o endereço de quem recebe o Bolsa Família.

A candidata petista recebeu 46,91% dos votos válidos em todo o país. Em dez estados — oito deles no Nordeste, além de Amazonas e Tocantins —, ela ultrapassou a marca de 50%, suficiente para vencer já no primeiro turno. Dessas dez unidades da federação, nove fazem parte da lista de dez estados com maior abrangência do Bolsa Família.

Em 1º no programa, Maranhão deu 70,65% a Dilma O Maranhão é o caso mais emblemático. Com 54% da população beneficiada pela transferência de renda, o maior índice no país, o estado deu a Dilma a sua maior votação no primeiro turno: 70,65% dos votos válidos. Na mesma linha, o Piauí tem a segunda cobertura do programa Bolsa Família — 52,3% — e foi o estado onde a candidata petista alcançou o seu segundo maior percentual de votos válidos: 67%.

— Existe uma alta correlação do programa com o voto na candidata Dilma, tanto entre quem recebe o Bolsa Família, quanto entre quem tem a expectativa de ganhar. Às vezes a pessoa não recebe, mas tem um vizinho de porta que sim — diz o professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB) Ricardo Caldas.

Já o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, obteve 32,61% dos votos válidos no país, tendo vencido em oito estados. Seis deles, por sua vez, fazem parte das unidades da federação com cobertura do Bolsa Família inferior a 33% da população. Em Santa Catarina, onde Serra ficou à frente, a transferência de renda tem a menor abrangência: 9,6%. Em 1º no programa, Maranhão deu 70,65% a Dilma O Maranhão é o caso mais emblemático. Com 54% da população beneficiada pela transferência de renda, o maior índice no país, o estado deu a Dilma a sua maior votação no primeiro turno: 70,65% dos votos válidos. Na mesma linha, o Piauí tem a segunda cobertura do programa Bolsa Família — 52,3% — e foi o estado onde a candidata petista alcançou o seu segundo maior percentual de votos válidos: 67%.

— Existe uma alta correlação do programa com o voto na candidata Dilma, tanto entre quem recebe o Bolsa Família, quanto entre quem tem a expectativa de ganhar. Às vezes a pessoa não recebe, mas tem um vizinho de porta que sim — diz o professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB) Ricardo Caldas.

Já o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, obteve 32,61% dos votos válidos no país, tendo vencido em oito estados. Seis deles, por sua vez, fazem parte das unidades da federação com cobertura do Bolsa Família inferior a 33% da população. Em Santa Catarina, onde Serra ficou à frente, a transferência de renda tem a menor abrangência: 9,6%.

Em sete anos, Bolsa Família investe R\$ 60 bilhões e reduz pobreza – Sítio Eletrônico do MDS – 19/10/2010

Beneficiários do programa de transferência de renda iniciado em 20 de outubro de 2003 aumentaram em 65% o consumo de carne, e os filhos frequentam mais a escola. Esses resultados foram colhidos entre 2003 e 2010, período em que a transferência de renda, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), à população pobre alcançou a cifra de R\$ 60,2 bilhões.

Aos sete anos, o Programa Bolsa Família apresenta impactos capazes de direcionar o Brasil a um país com mais justiça e menos desigualdade social: o consumo de carne pelos beneficiários aumentou em 65%, alunos atendidos pelo programa frequentam mais a escola e registram progressão escolar, a pobreza foi reduzida e a desigualdade registrou queda. Esses resultados foram colhidos entre 2003 e 2010, período em que a transferência de renda, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), à população pobre alcançou a cifra de R\$ 60,2 bilhões. O benefício médio de R\$ 96,00 significa um acréscimo de 47% na renda das cerca de 50 milhões de pessoas atendidas em todos os municípios brasileiros.

Praticamente metade desse montante foi direcionada aos moradores do Nordeste, elevando o índice de crescimento de uma das regiões mais pobres a taxas chinesas e movimentando a economia de pequenas cidades. No Norte e Nordeste, o incremento no orçamento familiar chega a 60%.

Apesar dos resultados robustos e do reconhecimento internacional, a ministra do MDS, Márcia Lopes acredita que ainda há um desconhecimento sobre o funcionamento do programa: “Podemos comemorar estes 7 anos do Bolsa Família reconhecendo os resultados do programa em todo o Brasil e conhecendo bem as suas normas. Muitas pessoas falam do Bolsa Família, mas desconhecem o funcionamento do programa. Não sabem que nós mandamos recursos para todos os municípios estruturarem a gestão local”, afirma a ministra. Ela acrescenta que com esses recursos eles podem comprar computador, carro para visitar as famílias, contratar pessoas para as visitas domiciliares. “Muitas pessoas fazem críticas ao Bolsa Família sem saber como ele funciona”, observa.

Criado em 20 de outubro de 2003 por meio de medida provisória, o Bolsa Família foi regulamentado pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Além da transferência de renda, o programa exige contrapartidas das 12,7 milhões de famílias atendidas com o objetivo de estimular o acesso aos serviços de saúde e educação. A exigência de frequência à escola e de manutenção da agenda de saúde em dia contribui também para a interrupção da pobreza entre gerações.

Distante das políticas públicas, a população incluída no Bolsa Família ganhou visibilidade. “Com o cadastramento e o atendimento pelo programa, essas famílias se tornaram visíveis para o poder público”, afirma a secretária de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto. As vulnerabilidades e a deficiências dos beneficiários são conhecidas, e ações podem ser tomadas para resolver os problemas, acrescenta a secretária responsável pela gestão do Bolsa Família.

Na avaliação de Lúcia Modesto, os resultados alcançados pelo Bolsa Família – como a contribuição para que 19 milhões de brasileiros saíssem da pobreza, segundo a

Fundação Getúlio Vargas – mostram que o benefício está chegando às famílias pobres. O benefício fez a diferença na vida de dona Norbéria Pinto Brito. Atendida desde 2003, o programa foi fundamental na vida de sua família. “O dinheiro da Bolsa é bom. Eu compro minhas coisas em casa, compro na farmácia, então é muito bom, me ajuda”.

"Quando o meu marido morreu, eu fiquei com muita dificuldade, mas esse dinheiro chegou na hora certa. E agora, com meus filhos na escola, sei que eles vão ser alguém na vida", diz a beneficiária que teve o seu barraco transformado em uma casa na Vila Estrutural, em Brasília.

Tanto o Governo Federal quanto as prefeituras – parceiras na gestão compartilhada do programa – envolvem integrantes das famílias beneficiadas em diversas ações, como cursos de qualificação e alfabetização de adultos. Essa é a terceira dimensão do Bolsa Família. No âmbito do Governo Federal, por exemplo, 47 mil beneficiários concluíram cursos na área da construção civil e turismo e outros 31 mil estão em salas de aulas. Outros 27,8 mil receberam reforço escolar no ensino fundamental e médio para participar de cursos de seleção na área de petróleo e gás.

Há sete anos, a moradora de Osasco Maria Albertina Gomes Lima Melo chegou ao fundo do poço. Abandonada pelo marido, sem profissão e com um filho para criar, Albertina Melo encontrou esperança no Bolsa Família e nos cursos oferecidos pela gestão do município paulista. A beneficiária participou de pelo menos oito cursos do Senai e do Sebrae, durante um ano e meio. “Foi uma bênção”, reforça. “O Bolsa Família me abriu uma porta e não foi tanto pelo valor (R\$ 22,00), mas pelas oportunidades”

Albertina levou ao pé da letra as orientações dos capacitadores. Aplicava parte do dinheiro recebido para lanche e transporte e ia a pé fazer os cursos. Ao fim de um ano e meio de treinamento, ela investiu os recursos na aquisição de duas máquinas de costura e uma de bordado. Com uma renda mensal de R\$ 1,5 mil, a moradora de Osasco agradeceu a oportunidade e devolveu o benefício do Bolsa Família. Para Juliana Severino Faria, também de Osasco, ainda não foi possível devolver o benefício. No entanto, ela já trocou as faxinas pelo emprego em um salão de beleza, onde trabalha como escultora capilar. Ganhando comissão pelo trabalho que realiza, Juliana consegue arrecadar por volta de R\$ 400,00 mensais. Ela também frequentou os cursos ofertados pela Prefeitura de Osasco, que mantém o Centro Público de Economia Popular e Solidária para treinamento das aprendizes.

Reconhecido internacionalmente como um dos programas mais bem focalizados, o Bolsa Família atende grupos específicos como quilombolas, indígenas, moradores de rua e assentados. Desde 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vem desenvolvendo estratégias de cadastramento diferenciadas para identificação de famílias desses grupos que atendem ao critério do Bolsa Família, ou seja, renda mensal por integrante de até R\$ 140,00.

Durante os últimos sete anos, o Governo Federal implementou ações que qualificaram o programa ao mesmo tempo em que buscava atingir as metas previstas inicialmente. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – base de dados usada para selecionar os beneficiários – contém informações sobre 20 milhões de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo. Esses dados são atualizados a cada dois anos, e ocorrem cruzamentos anuais das bases de dados, além de auditorias. A relação de beneficiários é disponibilizada no endereço eletrônico do MDS. Tudo para garantir o envio às famílias que dele precisam.

Acesse o boletim: [Bolsa Família completa sete anos com resultado positivo no combate à desigualdade social](#)

UF	Valor Acumulado (2003 a set/2010)	Famílias (setembro)
Total Geral	60.267.913.378,00	12.769.155
AC	323.359.075,00	59.985
AL	2.001.618.531,00	414.203
AM	1.336.490.681,00	282.309
AP	204.288.463,00	45.371
BA	8.106.607.355,00	1.667.913
CE	5.154.428.830,00	1.021.127
DF	339.661.886,00	76.247
ES	908.960.243,00	191.540
GO	1.248.839.321,00	323.923
MA	4.452.247.216,00	874.633
MG	5.505.582.858,00	1.142.346
MS	536.901.407,00	131.821
MT	685.522.786,00	169.368
PA	3.229.182.175,00	679.676
PB	2.399.654.705,00	453.162
PE	5.007.169.831,00	1.060.740
PI	2.148.461.935,00	418.582
PR	2.079.508.964,00	479.290
RJ	2.541.774.596,00	686.947
RN	1.660.272.453,00	341.517
RO	531.637.574,00	115.831
RR	198.983.708,00	42.195
RS	2.156.257.376,00	455.829
SC	684.101.420,00	149.219
SE	1.109.030.745,00	230.007
SP	5.140.868.876,00	1.126.179
TO	576.500.368,00	129.195

Fonte: *Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Desemprego recua para menor taxa na série histórica do IBGE – Sítio Eletrônico da CNA – 21/10/2010

A taxa de desemprego média no Brasil em setembro foi de 6,2%, desacelerando frente aos 6,7% contabilizados em agosto, segundo os dados divulgados nesta quinta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística). O índice é o menor registrado na série histórica, iniciada em março de 2002.

O IBGE registrou em setembro uma média de 1,5 milhão de pessoas desocupadas --o menor contingente da série histórica--, com queda de 7,5% no confronto mensal e de 17,7% ante igual período em 2009.

A população ocupada média em setembro foi de 22,3 milhões de trabalhadores, o que indica alta de 0,7% ante agosto e 3,5% em relação a setembro do ano passado.

Já a renda média do trabalhador cresceu 1,3% ante agosto e 6,2% frente ao mesmo intervalo no ano passado, ficando em R\$ 1.499,00.

O IBGE mede a situação do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Cerca de 44 mil domicílios são pesquisados.

Artigo: Sete anos do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 21/10/2010

Há sete anos, em 2003, 23% da população brasileira (39,3 milhões de pessoas) sobreviviam com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo atual. Praticamente um em cada quatro brasileiros estava sujeito à extrema insegurança alimentar e vivia um cotidiano marcado pela fome e pelo não reconhecimento de direitos sociais básicos. Foi nesse contexto que no dia 20 de outubro de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família.

O enfrentamento daquelas mazelas históricas foi o principal compromisso deste Governo. E foi com este objetivo que ele unificou os vários programas de transferência de renda. Tratava-se de programas que atuavam de forma sobreposta, com baixa cobertura e muitas limitações administrativas, o que explica seu impacto reduzido sobre a fome, a pobreza e a desigualdade até a unificação.

Mais do que unificar, o governo determinou que o aporte de uma renda mínima deveria alcançar a todas as famílias brasileiras cujo acesso aos bens fundamentais estavam comprometidos pela situação de pobreza e de miséria.

O programa surgiu com um desenho inovador, baseado na articulação federativa e intersetorial, e tendo metas de atendimento claramente estabelecidas. Os Estados e, especialmente, os municípios foram e são parceiros fundamentais do Governo federal na execução do programa.

Por outro lado, as áreas de educação e saúde se uniram à de assistência social, em todas as esferas de Governo, para permitir o acompanhamento dos compromissos das famílias e do poder público nessas áreas.

O programa beneficia hoje 12,8 milhões de famílias, movimentando anualmente R\$ 13,4 bilhões, e contando com a adesão formal de todos os municípios brasileiros. Depois de um difícil período de estruturação, o Bolsa Família começou a apresentar resultados expressivos.

Estudos recentes do Ipea revelam que o programa responde por 16% da queda da desigualdade de renda e por quase $\frac{1}{3}$ da queda da extrema pobreza observada nos últimos anos, apesar de seus gastos corresponderem a apenas 0,4% do PIB.

A segunda rodada da avaliação de impacto do programa, recém concluída, também demonstrou efeitos importantes na matrícula, permanência e aprovação escolar, no número de consultas de pré-natal e na vacinação em dia das crianças, na qualificação e inclusão produtiva das famílias, entre outros.

A estruturação de uma rede com mais de sete mil CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), em todo o país, também contribuiu para que o Governo ofereça às famílias beneficiárias serviços socioassistenciais voltados para outros aspectos de suas necessidades sociais.

Além disso, por meio do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, é possível direcionar diversas outras iniciativas para a população de baixa renda, como o Programa Luz para Todos, os programas de habitação, a Tarifa social de Energia Elétrica e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Enfim, aos sete anos, o Bolsa Família se consolida como uma importante estratégia no esforço de combate à pobreza, que no governo Lula, permitiu que 27,9 milhões de pessoas superassem esta condição.

Longe de ser apenas uma junção de programas pontuais, representou a consolidação de uma visão republicana e universalista, na qual miséria e fome não são compatíveis com democracia e cidadania.

Para a população beneficiária, o programa significou o resgate da dignidade, da autoestima, do seu reconhecimento no espaço público e da cidadania.

Para o país, um passo imprescindível em direção ao desenvolvimento social sustentável.

Márcia Lopes é Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Mudança nas regras de repasse do IGD-M para gestão do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 27/10/2010

Brasília, 22 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tornou mais rigorosas as regras para repasse de recursos destinados à gestão municipal do Programa Bolsa Família, mas abre possibilidades para as prefeituras receberem 10% a mais sobre o valor atual do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M). O acréscimo será pago a partir de 2011, desde que os municípios passem a fazer o acompanhamento familiar dos beneficiários que não estão cumprindo as contrapartidas nas áreas de educação e saúde, atendam as demandas do MDS no prazo previsto, tenham 100% dos cadastros atualizados há menos de um ano e, por fim, apresentem 96% dos cartões entregues na data de apuração do IGD-M.

A mudança de critérios e sistemática de cálculo para apoio financeiro à gestão municipal foi estabelecida pela Portaria nº 754, publicada no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (21). Essa foi a segunda alteração nas normas do IGD-M e busca aprimorar ainda mais a gestão do Bolsa Família. O cálculo do indicador é feito com base no desempenho do município nas ações destinadas aos beneficiários do programa, levando em consideração um valor de R\$ 2,50 por família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme estimativa.

Entre as inovações estão a exigência de comprovação de gastos dos recursos e aprovação integral das contas pelo Conselho Municipal de Assistência Social para receber os montantes mensais. Outra novidade importante é a destinação de pelo menos 3% dos recursos repassados para as instâncias de controle social do Bolsa Família.

Modelo atual – Pelas regras atuais, recebem o IGD-M os municípios que alcançam 0,55, em uma escala que varia de 0 a 1, combinado a um mínimo de 0,20 em cada um dos quatro indicadores que compõem o índice (monitoramento das condicionalidades de saúde e de educação, cadastramento das famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e atualização cadastral). É exigido também que as prefeituras tenham assinado o Termo de Adesão ao Bolsa Família e que estejam habilitadas ao Sistema Único de Assistência Social (Suas). As novas exigências vêm se somar a essas.

O MDS repassa cerca de R\$ 24 milhões às prefeituras que atendem aos critérios. Em junho, por exemplo, 5.421 cidades receberam o IGD-M. Esses recursos devem ser aplicados exclusivamente nas ações de cadastramento de famílias, gestão de benefícios, no monitoramento das condicionalidades de educação e saúde, na articulação entre esses setores e a assistência social e na implementação das ações de desenvolvimento do beneficiário do Bolsa Família, conforme estabelece a Lei 10.836/04, alterada pela Lei 12.058/09. Esses valores não são direcionados a pagamento de benefícios.

O indicador foi criado em abril de 2006 para apoiar financeiramente os municípios na gestão compartilhada do programa. À época, recebia o recurso a cidade que chegasse a 0,4 na escala. A primeira mudança aconteceu em agosto de 2008, quando a exigência passou a 0,55, combinado a um mínimo de 0,20 em cada um dos quatro indicadores. Os levantamentos mensais são feitos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS.

Desafio – Promover o acompanhamento das famílias mais vulneráveis é um desafio para o MDS, especialmente porque envolve um trabalho integrado entre as áreas de assistência social, saúde, educação e a gestão municipal do Bolsa Família. Por esse motivo, a nova norma prevê um incentivo de 3% sobre o valor do IGD-M. “O acompanhamento familiar é um processo caro, inclui, por exemplo, visita aos beneficiários”, observa a secretária de Renda de Cidadania, Lúcia Modesto. Por isso, a mudança no repasse financeiro prevê um incentivo para esse fim, acrescenta.

Iniciado em dezembro de 2009 como experiência-piloto, o acompanhamento familiar chegou em setembro a 8,9 mil famílias de 698 municípios em todos os estados. Do total de 12,7 milhões de famílias atendidas pelo programa, cerca de 300 mil não cumprem as condicionalidades e precisam ser incluídas neste processo.

Participante do projeto-piloto desde dezembro, o município de Vitória (ES) está acompanhando de perto 24 famílias com problemas para cumprir as condicionalidades. De posse da lista de beneficiários que não cumprem as contrapartidas – que pode ser acessada no sistema de condicionalidades –, a secretária municipal de Assistência Social, Ana Maria Petronetto Serpa, as encaminha aos 12 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) da cidade. “A capilaridade dos Cras permite a busca ativa e esse acompanhamento”, afirma a secretária que acumula a gestão do Bolsa Família.

Quatro meses de acompanhamento foram suficientes para dimensionar o tamanho do trabalho que a Secretaria de Assistência Social tem pela frente. Entre os motivos causadores das ausências escolares e dos postos de saúde estão conflito familiar, envolvimento com drogas, alcoolismo na família, adolescentes em conflito com a lei, entre outros.

INCENTIVOS

Como forma de incentivar os municípios a efetuar ações que tenham impacto na gestão do Programa Bolsa Família, o MDS criou dispositivos que podem aumentar

os valores apurados. São percentuais estabelecidos para atividades específicas. Estes percentuais e atividades são:

- Acréscimo de até 3% (três por cento) do valor apurado pelo IGD-M, proporcionais ao acompanhamento das famílias beneficiárias em situação de descumprimento de condicionalidades que estejam em processo de acompanhamento familiar;
- Acréscimo de 3% (três por cento) do valor apurado pelo IGD-M, quando o município atender, nos prazos fixados pela Senarc, demandas da Secretaria referentes a apurações de eventuais irregularidades na execução local do PBF;
- Acréscimo de 2% (dois por cento) do valor apurado pelo IGD-M, quando o município tiver 100% (cem por cento) dos dados referentes à gestão municipal atualizados há menos de um ano, registrados em sistema disponibilizado pelo MDS; e
- Acréscimo de 2% (dois por cento) do valor apurado pelo IGD, quando o município apresentar ao menos 96% (noventa e seis por cento) de cartões entregues na data de apuração do IGD-M.

Acesse o boletim: [Ministério muda regra de repasse de recursos para gestão do Bolsa Família](#) Roseli Garcia (61) 3433-1106 Ascom/MDS
www.mds.gov.br/saladeimprensa

Bolsa Família e alfabetização de adultos caminham juntos para melhorar a vida da população pobre – Sítio Eletrônico do MDS – 29/10/2010

Quase 1 milhão de pessoas acima de 15 anos atendidas pelo Programa Bolsa Família ou que estão no Cadastro Único foram alfabetizadas entre 2006 e 2008. Certos de que a educação também contribui para a redução da pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) fizeram uma parceria para potencializar a escolaridade tanto dos beneficiários quanto dos jovens e adultos cadastrados.

Quase 1 milhão de pessoas acima de 15 anos atendidas pelo Programa Bolsa Família ou que estão no Cadastro Único foram alfabetizadas entre 2006 e 2008. Certos de que a educação também contribui para a redução da pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) fizeram uma parceria para potencializar a escolaridade tanto dos beneficiários quanto dos jovens e adultos cadastrados. As características dessa população, que soma 20 milhões de famílias, se destacam pela pobreza e baixa escolaridade.

A articulação com iniciativas que buscam o desenvolvimento dos beneficiários é a terceira dimensão do Bolsa Família, que associa ainda transferência de renda à exigência de cumprimento das condicionalidades nas áreas de educação e saúde. O aumento da escolaridade de adultos é uma dessas atividades junto à qualificação profissional e microcrédito orientado. Essas ações são implementadas em parcerias entre as três esferas de governo e outras instituições.

No caso do Programa Brasil Alfabetizado do MEC, gestores municipais do Bolsa Família e os jovens e adultos interessados em participar das novas turmas devem ficar atentos ao prazo de **30 de novembro**, quando termina o período destinado à matrícula. O MDS reforça que a redução do analfabetismo aumenta as

oportunidades de inclusão social da população de baixa de renda e trabalha para que as taxas de escolaridade continuem aumentando, como ocorreu nos últimos anos.

De 2007 a 2008, a participação de beneficiários e pessoas cadastradas (renda mensal per capita de até meio salário mínimo) no Brasil Alfabetizado cresceu 63%. Dos 250 mil em 2007 chegou a 407 mil no ano seguinte. Nos três anos em que a ação foi desenvolvida, a alfabetização de adultos chegou a 943.145 pessoas atendidas pelo Bolsa Família e que estão apenas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Esses resultados não incluem os programas exclusivos de estados e municípios.

Escolarização e emprego – A beneficiária Luciene Maria da Silva, moradora do município paulista de Osasco, aproveitou a oportunidade e, além de aumentar a escolaridade, fez dois cursos de capacitação: limpeza de pele e customização. O seu esforço foi recompensado. Luciene, que tem três filhos, está trabalhando há um ano com carteira assinada na sessão de embalagem de uma empresa de peças de carro. “Ajudou muito. Aprendi mais, principalmente em matemática”, observa a beneficiária de 31 anos. Ela acrescenta que, se perder o emprego, já pode trabalhar em outra atividade. No município paulista, os beneficiários são incluídos nos cursos do Educação de Jovens e Adultos com Orientação Profissional, numa atuação integrada das secretarias municipais de Educação e de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão.

Os dados evidenciam a contribuição do Bolsa Família para o crescimento da escolaridade no Brasil. Os maiores volumes de pessoas alfabetizadas estão localizados no Nordeste, região que concentra as taxas mais baixas de escolaridade. Só no Estado da Bahia, por exemplo, foram alfabetizadas mais de 209,8 mil pessoas entre 2006 e 2008 (**veja quadro abaixo**). Na região Sudeste, o destaque foi para Minas Gerais com 36.538 jovens e adultos que passaram pelo Brasil Alfabetizado no período. E no Sul, o Paraná fez a diferença com a inclusão de 11 mil pessoas nos cursos de alfabetização.

A ligação do Bolsa Família com a educação está no desenho do programa. Os beneficiários precisam manter os filhos na escola e cumprir a agenda de saúde. O objetivo é estimular o acesso da população pobre aos serviços básicos de educação e saúde para melhorar as condições de vida desse público. Aproximadamente 50 milhões de pessoas recebem o Bolsa Família. Desse total, cerca de 22,6 milhões são crianças e adolescentes.

O sucesso da ação depende da estratégia do gestor municipal do Bolsa Família articulada com a secretaria municipal de educação para localizar e mobilizar os beneficiários e os inscritos no Cadastro Único aptos a ingressarem nas turmas de alfabetização. O relatório com os dados dos cadastrados e atendidos pelo Bolsa Família que declararam ser analfabetos ou ter menos de quatro anos de estudo está disponível na Central de Sistemas (www.mds.gov.br/bolsafamilia). No ato da matrícula, essas pessoas devem informar o Número de Identificação Social (NIS). Essa medida contribui para que o Governo Federal acompanhe o ingresso nas turmas de alfabetização.

Ações complementares – Aliada à transferência mensal de R\$ 1,2 bilhão a 12,7 milhões de famílias, o Bolsa Família promove a inclusão dos beneficiários em ações complementares a fim de desenvolver suas capacidades. Além da alfabetização de adultos, uma linha de microcrédito orientado, desenvolvida pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi colocada à disposição dos beneficiários. Em 2009, o BNB emprestou R\$ R\$ 651 milhões a 284.690 integrantes de famílias atendidas pelo programa de transferência de renda. Eles representam 50% da carteira de clientes do banco, na modalidade do Crediamigo.

Nas mãos dos beneficiários, esses recursos se transformam em capital de giro para pequenas atividades produtivas nos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo e representam uma expectativa de mudança de vida para essas famílias. Há também a qualificação profissional, com o programa Próximo Passo, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse caso, 47 mil beneficiários concluíram cursos na área da construção civil e turismo e 31 mil estão em salas de aulas. Outros 27,8 mil receberam reforço escolar no ensino fundamental e médio para participar de cursos de seleção na área de petróleo e gás. Essas iniciativas abrem novas perspectivas de vida para milhares de brasileiros que viviam à margem das políticas públicas.

Acesse o boletim: [Bolsa Família garante alfabetização de 1 milhão de pessoas](#)
 Roseli Garcia (61) 3433-1106 Ascom/MDS www.mds.gov.br/saladeimprensa

REGIÃO/ESTADO	TOTAL DE ALFABETIZADOS no CADASTRO ÚNICO e no BOLSA FAMÍLIA (2006-2008)
Região Norte	56.555
RO	3.638
AC	6.590
AM	11.796
RR	33
PA	28.003
AP	1.658
TO	4.837
Região Nordeste	807.635
MA	71.230
PI	86.359
CE	97.934
RN	70.381
PB	91.501
PE	85.713
AL	60.960
SE	33.676
BA	209.881
Região Sudeste	51.335
MG	36.538
ES	819
RJ	6.909
SP	7.069
Região Sul	17.920
PR	11.028
SC	3.531

RS	3.361
Região Centro-Oeste	9.700
MS	2.767
MT	3.522
GO	2.557
DF	854
TOTAL BRASIL	943.145

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

